

**A Desvalorização Docente no Brasil: Entre a Missão Social e o
Desgaste Profissional**

Cristiano Pedro

Licenciatura em Pedagogia e História

kristianopedro@yahoo.com.br

Marilza Maria Campidelli

Licenciatura em Matemática e Arte

marilza.campidelli@gmail.com

José Valter dos Santos Junior

Licenciado em Letras - Português e Inglês

juninho_h72@hotmail.com

Keitty Juliana Dias dos Santos

Licenciatura em Artes Visuais/Pedagogia

keittyjdias@gmail.com

Gabriela Zutin Beretta

Licenciatura em Matemática

Gabi.beretta0401@gmail.com

Patricia Carolina Tonon Livio

Licenciatura em Pedagogia

PatriciaTonon@hotmail.com

Resumo

O presente artigo discute a desvalorização do trabalho docente no Brasil, analisando como expectativas sociais, condições de trabalho precárias e políticas educacionais pouco efetivas contribuem para o desgaste físico e emocional dos professores.

Parte-se da tese de que a crescente sobrecarga atribuída à figura do professor que passa a desempenhar funções que extrapolam sua formação reforça a crise educacional e compromete o direito à aprendizagem.

A partir de autores como Paulo Freire, Maurice Tardif, António Nóvoa, José Carlos Libâneo e Miguel Arroyo, busca-se compreender as raízes desse problema e defender a urgência de políticas que restituam o papel pedagógico e a autoridade profissional docente.

Palavras chaves: professores, desvalorização, sobrecarga

Introdução

A profissão docente, historicamente associada ao desenvolvimento intelectual e social das sociedades, vive no Brasil um processo contínuo de desvalorização e desgaste profissional.

Embora os professores sejam formados com a missão de promover autonomia de pensamento, construir conhecimento e transformar realidades, o contexto educacional brasileiro tem colocado esses profissionais em uma posição fragilizada, marcada por cobranças excessivas, condições precárias de trabalho e falta de reconhecimento.

Segundo Paulo Freire (1996), ensinar é um ato profundamente humano e político, pois envolve formar sujeitos capazes de ler o mundo criticamente.

No entanto, esse ideal tem sido comprometido quando o professor, em vez de exercer plenamente sua função pedagógica, é sobre carregado com

tarefas que extrapolam suas atribuições originais, assumindo papéis de psicólogo, assistente social, conselheiro e, muitas vezes, substituto da família.

Autores como Nóvoa (1995) e Tardif (2002) já alertavam que o desgaste emocional e o acúmulo de funções conduzem à perda de sentido da profissão, afetando não apenas a saúde docente, mas também a qualidade do ensino.

Essa problemática torna-se ainda mais evidente quando se observa a crescente falta de interesse dos estudantes, a ausência de apoio familiar, a banalização do uso de celulares em sala de aula e, em casos extremos, agressões físicas e verbais contra professores.

Diante desse cenário, este artigo defende a tese de que a desvalorização estrutural do professor no Brasil compromete diretamente a qualidade da educação, uma vez que impede o docente de exercer seu papel essencial: ensinar.

A partir disso, discute-se como políticas educacionais fragilizadas, relações familiares deterioradas e mudanças socioculturais têm contribuído para a crise da docência, transformando a escola em um espaço de tensão permanente em vez de um ambiente de aprendizagem.

A literatura educacional contemporânea tem demonstrado que a desvalorização docente não é um fenômeno pontual, mas estrutural.

Diversas pesquisas apontam que os professores brasileiros enfrentam condições de trabalho extremamente desfavoráveis, que combinam baixos salários, múltiplas jornadas, salas superlotadas, violência escolar, precarização material e instabilidade nas políticas públicas.

Segundo Libâneo (2012), tais condições impactam diretamente o processo pedagógico, pois o professor é forçado a atuar em um ambiente marcado pela improvisação pedagógica contínua, sobrecarga emocional e falta de autonomia profissional.

Nessa perspectiva, o trabalho docente torna-se reativo, e não propositivo, dificultando a construção de práticas pedagógicas eficazes.

Além das dificuldades internas às instituições, há também fatores externos que intensificam a crise. Nóvoa (2009) observa que, em diversos países, o professor ocupa posição central na valorização cultural e no desenvolvimento social, sendo reconhecido como agente fundamental para o progresso coletivo.

Entretanto, no Brasil, o movimento parece inverso: a figura docente tem sido sistematicamente deslegitimada, seja por políticas que culpabilizam o professor pelos fracassos da educação, seja pela crescente desconfiança social e familiar dirigida ao trabalho escolar.

Em muitos contextos, docentes precisam literalmente “implorar” para exercer sua função, enfrentando desrespeito de estudantes, famílias e, em alguns casos, dos próprios gestores escolares.

Essa desvalorização também está relacionada a profundas transformações socioculturais. Tardif e Lessard (2014) destacam que, nas últimas décadas, o professor passou a assumir papéis que extrapolam sua formação: psicólogo, conselheiro familiar, mediador de conflitos, cuidador e, em alguns casos, substituto parental.

Essa multiplicidade de funções, embora inevitável em certa medida, desloca o foco da tarefa essencial do docente o ensino e contribui para a sensação de impotência profissional.

Freire (1996) já alertava que o ato de ensinar exige autoridade ética, respeito social e condições materiais que assegurem a prática pedagógica reflexiva. Sem isso, a própria essência do trabalho educativo é corroída.

Além disso, políticas públicas instáveis muitas vezes orientadas por interesses políticos e não pedagógicos dificultam a continuidade de projetos educacionais e desestruturam o trabalho docente (Saviani, 2013).

Diante de tudo o que foi analisado, torna-se evidente que a desvalorização docente no Brasil constitui um fenômeno amplo, complexo e profundamente enraizado nas estruturas sociais, políticas e culturais do país.

Ao longo deste trabalho, verificou-se que o professor brasileiro enfrenta condições de trabalho precárias, instabilidade institucional, sobrecarga de funções e um crescente desrespeito social fatores que vão muito além das dificuldades pedagógicas cotidianas e revelam uma crise sistêmica.

Como destacam autores como Libâneo (2012), Arroyo (2014) e Tardif (2014), a docência só pode se desenvolver plenamente quando existem condições mínimas que assegurem autonomia, respeito e suporte institucional. Contudo, o cenário observado aponta para o oposto: professores pressionados a assumir papéis que extrapolam sua formação psicólogo, assistente social, mediador familiar, conselheiro e, muitas vezes, até uma figura parental para seus alunos.

Essa sobrecarga, como aponta Maslach (2001), produz adoecimento emocional e afeta diretamente a qualidade da prática pedagógica.

Além disso, fenômenos contemporâneos como a judicialização da escola e o uso indiscriminado de tecnologias sem formação adequada intensificam ainda mais a sensação de vulnerabilidade e cobrança permanente sobre o professor (Dias Sobrinho, 2010).

Soma-se a isso a instabilidade provocada por constantes mudanças de gestão, que redefinem a cada ciclo político o que é ensinar, como avaliar e quais são as prioridades da educação.

Essa oscilação gera insegurança profissional, descontinuidade de políticas públicas e desmotivação, fatores que corroem a autoestima docente e minam qualquer tentativa de melhoria sustentável.

Assim, não se pode compreender a crise educacional brasileira sem reconhecer que ela está profundamente ligada à crise da profissão docente. Quando o professor é impedido de exercer seu papel central ensinar com qualidade por falta de condições de trabalho, respeito e apoio, a aprendizagem se fragiliza, a escola perde seu sentido formador e a sociedade deixa de garantir às novas gerações o direito à educação plena.

Portanto, superar esse cenário exige mais do que reformas administrativas pontuais: demanda uma mudança cultural que devolva ao professor seu lugar de protagonismo social, acompanhada de políticas públicas sólidas, contínuas e alinhadas às necessidades reais da escola.

Reconhecer a centralidade do trabalho docente é reconhecer que não existe educação sem professores valorizados, e que o futuro do país depende diretamente de garantir a esses profissionais condições dignas para ensinar. Somente quando a sociedade compreender essa verdade elementar, a educação brasileira poderá trilhar um caminho de transformação real e sustentável.

A sobrecarga de funções: professor, psicólogo, pai e mãe

A crescente sobrecarga de funções atribuídas ao professor brasileiro é um dos elementos mais críticos da crise contemporânea da docência.

Nas últimas décadas, a escola passou a assumir responsabilidades que ultrapassam seu papel pedagógico tradicional, tornando-se espaço de acolhimento emocional, suporte familiar e mediação social.

Esse fenômeno não surge de forma isolada: ele é resultado direto das desigualdades socioeconômicas, da fragilização das políticas públicas intersetoriais e da diluição do papel da família e do Estado na formação das crianças e adolescentes.

Em um contexto marcado por vulnerabilidade social e ausência de suporte institucional, o professor transforma-se, muitas vezes, no primeiro e às vezes único adulto disposto a escutar, orientar e mediar conflitos vividos pelos estudantes.

Arroyo (2014) evidencia que essa expansão das responsabilidades docentes não se configura como um processo natural, mas como uma resposta à retração das políticas sociais que deveriam garantir direitos básicos, como saúde mental, segurança e assistência social.

Assim, tarefas que caberiam a psicólogos escolares, terapeutas, assistentes sociais ou mesmo à família acabam sendo deslocadas para o professor, que se vê obrigado a assumir papéis que transcendem sua formação e sua função profissional.

Essa sobrecarga impacta diretamente o cotidiano escolar. De acordo com Tardif e Lessard (2014), o trabalho docente vem se caracterizando como uma atividade “pluridimensional”, exigindo que o professor seja simultaneamente gestor de sala, mediador de conflitos, orientador emocional, articulador social e transmissor de conhecimentos.

Essa multiplicidade de demandas não apenas intensifica o trabalho, como também compromete a qualidade do processo pedagógico, uma vez que dispersa o foco central da atividade docente: ensinar.

Além disso, esse acúmulo de papéis intensifica o processo de adoecimento físico e mental dos profissionais da educação.

Estudos sobre burnout docente, como os de Maslach (2001) e Benevides-Pereira (2010), mostram que a exaustão emocional, a despersonalização e a sensação de ineficácia profissional são consequências recorrentes da sobrecarga de funções.

No Brasil, essa realidade torna-se ainda mais grave diante de fatores como violência escolar, desrespeito às figuras de autoridade e ausência de políticas de valorização e proteção ao profissional da educação.

Outro aspecto crítico é o deslocamento das responsabilidades parentais para a escola. Conforme Charlot (2013), muitos estudantes chegam ao ambiente escolar com lacunas profundas na socialização primária, resultantes da ruptura ou fragilidade das relações familiares.

A ampliação das funções atribuídas ao professor tem ultrapassado os limites da prática pedagógica e invadido dimensões familiares e afetivas que não deveriam recair exclusivamente sobre a escola.

Isso leva o docente a assumir tarefas que se aproximam da função paterna ou materna, como ensinar normas básicas de convivência, estabelecer limites, orientar comportamentos e oferecer apoio emocional contínuo aos estudantes. Embora essas ações façam parte da dimensão humanizadora do ambiente escolar, tornam-se problemáticas quando se convertem em obrigações diárias e quase automáticas para o professor, que passa a suprir lacunas deixadas por políticas públicas insuficientes.

Arroyo (2014) já alertava que o deslocamento dessas responsabilidades ocorre em razão do enfraquecimento das instituições sociais que deveriam garantir proteção, assistência e cuidado às crianças e adolescentes.

Nesse cenário, a escola e, mais especificamente, o professor torna-se o último elo de suporte a esses estudantes, mesmo sem receber formação, condições de trabalho ou apoio institucional para isso.

O resultado é um ambiente de trabalho marcado por demandas emocionais e comportamentais que extrapolam a função educativa, aumentando a pressão psicológica sobre os profissionais.

Essa realidade contribui para que o professor percorra diariamente um caminho para o qual não foi formado e que, muitas vezes, o Estado não reconhece, valoriza ou apoia.

A expectativa de que o docente seja simultaneamente educador, conselheiro, mediador de conflitos, psicólogo, cuidador e figura parental gera tensão constante, desgaste físico e adoecimento emocional. Estudos sobre burnout docente, como os de Maslach (2001), demonstram que o acúmulo dessas funções intensifica a exaustão e compromete a permanência do professor na carreira.

Dessa perspectiva, compreender a sobrecarga de papéis atribuída ao professor é essencial para compreender a crise atual da educação brasileira.

Quando o docente precisa ser “tudo”, ele perde as condições reais de exercer aquilo para o que foi formado: ensinar com qualidade, intencionalidade pedagógica e autonomia profissional.

E, sem professores capazes de cumprir sua função central, não há projeto educativo que se sustente. A escola se fragiliza, o processo de aprendizagem se deteriora e o direito à educação plena é comprometido.

Nesse sentido, reconhecer e enfrentar essa sobrecarga não é apenas uma demanda da categoria docente, mas uma urgência para a sociedade e para o futuro da educação no país.

Consequências para a aprendizagem e para a escola

A desvalorização estrutural do professor no Brasil representa um dos principais entraves para a consolidação de uma educação pública de qualidade.

Diante desse cenário, este artigo defende a tese de que a precarização das condições de trabalho docente, aliada à fragilidade das políticas educacionais e à deterioração das relações sociais dentro e fora da escola, compromete profundamente o exercício da função essencial do professor: ensinar.

Nesse contexto, torna-se evidente que, ao ser impedido de desempenhar sua responsabilidade intelectual e pedagógica, o professor é deslocado para funções que não fazem parte de sua formação, gerando impactos diretos na aprendizagem e no funcionamento das instituições escolares.

A crise da docência, portanto, não é acidental; ela está ancorada em fatores estruturais, históricos e sociais que se entrelaçam e intensificam a vulnerabilidade desse profissional.

Diversos estudos evidenciam que os professores brasileiros vivem, há décadas, um processo crescente de desprofissionalização.

Libâneo (2012) demonstra que as condições precárias salários baixos, estruturas escolares insuficientes, ausência de materiais pedagógicos, violência física e simbólica, além da instabilidade das diretrizes educacionais

geram um ambiente pedagógico centrado na urgência, no improviso e na exaustão.

Para o autor, tais fatores impedem a construção de um trabalho pedagógico consistente, planejado e significativo, transformando o cotidiano escolar em uma luta constante pela sobrevivência emocional e didática.

Nóvoa (2009) reforça esse diagnóstico ao afirmar que, em países onde a educação é tratada como prioridade, o professor ocupa posição de destaque social, recebendo reconhecimento cultural, político e econômico.

Nesses contextos, a figura docente é associada ao desenvolvimento nacional e ao avanço científico. No Brasil, contudo, observa-se uma realidade inversa: professores são frequentemente culpabilizados por problemas estruturais da educação, sofrem desrespeito de alunos e responsáveis e, em muitos casos, precisam “implorar” para exercer sua autoridade pedagógica.

Essa inversão de valores produz um ambiente em que o professor deixa de ser visto como especialista e passa a ser tratado como mero executor de demandas burocráticas.

A crise de valorização docente é ampliada pela ausência de políticas públicas consistentes. Saviani (2008) observa que reformas educacionais brasileiras têm sido marcadas pela descontinuidade e pela falta de investimentos duradouros, o que impede a consolidação de projetos pedagógicos sólidos.

Para o autor, não há como exigir resultados quando não se garantem condições materiais e simbólicas adequadas ao trabalho docente. Complementando esse argumento, Freire (1996) ressalta que ensinar exige rigor, autonomia, autoridade ética e condições de trabalho dignas elementos que se tornam inviáveis em contextos de precarização.

Ao analisar o conjunto de desafios enfrentados pelos professores brasileiros, torna-se evidente que a crise da docência não é fruto de um único fator, mas de um processo histórico e estrutural de desvalorização que atravessa políticas públicas, cultura escolar e relações sociais.

A combinação entre falta de reconhecimento, condições de trabalho precárias e expectativas cada vez mais distorcidas sobre o papel da escola cria um cenário em que o professor é impedido de exercer plenamente sua função pedagógica.

Além desses aspectos amplamente discutidos pela literatura, pesquisas recentes apontam para um fenômeno ainda mais complexo: o aumento da pressão social sobre o docente, alimentado por situações como a judicialização das práticas escolares e o uso descontrolado de tecnologias em sala de aula. Como observa Dias Sobrinho (2010), essa intensificação do trabalho rompe o sentido original da profissão, provocando desgaste emocional e levando muitos professores ao adoecimento.

Isso revela que a vivência docente tem sido marcada por uma contradição permanente: exige-se cada vez mais do professor, enquanto se oferece cada vez menos condições para que ele realize seu trabalho.

Diante dessa realidade, comprehende-se que a desvalorização docente não é apenas uma consequência da crise educacional, mas uma de suas principais causas estruturais.

Se o professor não tem autonomia, apoio institucional, formação contínua adequada ou reconhecimento social, a educação como um todo se fragiliza. Uma escola que exige de seu docente o papel de educador, psicólogo, mediador familiar e suporte emocional, sem respaldo das políticas públicas, inevitavelmente compromete a aprendizagem dos estudantes e perpetua um ciclo de desigualdades.

Portanto, superar este quadro exige mais do que discursos: requer ações políticas consistentes, investimentos efetivos e uma reconfiguração das expectativas que a sociedade projeta sobre a figura do professor.

Valorizar a docência significa assegurar condições dignas de trabalho, promover políticas de formação alinhadas às demandas reais das escolas e recuperar o respeito social pela profissão.

Em síntese, a qualidade da educação brasileira está diretamente vinculada ao reconhecimento do professor como sujeito central no processo educativo. Sem isso, o país continuará a comprometer sua capacidade de formar cidadãos críticos, autônomos e preparados para os desafios sociais.

Reconstruir a valorização docente, portanto, não é apenas uma necessidade profissional, mas um passo essencial para o avanço social e democrático do Brasil.

Conclusão

Diante dos aspectos discutidos, torna-se evidente que a desvalorização estrutural do professor no Brasil não é um fenômeno isolado, mas resultado de um conjunto de fragilidades históricas, políticas e socioculturais que se acumulam e se reforçam mutuamente.

A falta de condições de trabalho adequadas, a sobrecarga de funções que extrapolam o campo pedagógico e a ausência de políticas públicas consistentes produzem um cenário no qual o docente encontra enorme dificuldade para exercer sua função essencial: ensinar.

Como demonstram Libâneo (2012), Növoa (2009), Arroyo (2014), Maslach (2001) e Tardif (2014), a profissão docente no país sofre com instabilidade institucional, precarização progressiva e crescente responsabilização individual por problemas que extrapolam o campo educativo.

Quando o professor é transformado em psicólogo, mediador familiar, assistente social e até cuidador emocional, perde-se o foco pedagógico, e a escola deixa de cumprir plenamente sua função social.

Esse deslocamento de responsabilidades não apenas adoece o professor, como compromete a aprendizagem e aprofunda as desigualdades educacionais.

Portanto, defender a valorização docente não é apenas uma pauta corporativa, mas uma exigência para o futuro do país. Uma educação de qualidade só é possível quando os professores são reconhecidos, apoiados e

protegidos por políticas públicas robustas, formação continuada relevante, condições materiais adequadas e relações de respeito entre escola, família e comunidade.

Sem isso, a escola continuará a operar em um ciclo de precarização que impede avanços reais.

Conclui-se, assim, que a superação da crise da docência no Brasil exige mudanças estruturais e urgentes: investimento sério na profissão, reconstrução das redes de apoio social, revisão das políticas educacionais e ressignificação do papel do professor na sociedade.

Valorizar o docente é, sobretudo, valorizar a educação e compreender que nenhum projeto de nação se sustenta sem aqueles que formam todas as outras profissões.

Referências

- Arroyo, M. G. (2014). *Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens*. Petrópolis: Vozes.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Libâneo, J. C. (2012). *Didática*. São Paulo: Cortez.
- Maslach, C. (2001). *The Truth About Burnout*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Nóvoa, A. (2009). *Professores: Imagens do Futuro Presente*. Lisboa: Educa.
- Tardif, M. (2002). *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis: Vozes.
- Tardif, M. (2014). *A Condição Docente*. Petrópolis: Vozes.